

O CLIMA

DEFENDA OS DEFENSORES - OCEANIA

A crise climática e ambiental na Oceania

GREVE DA SEMANA

#ACriseClimáticaMata

ESCUTE OS CIENTISTAS

Reduzir consumo dos ricos é chave para a questão climática

BRASIL

APIB lança Plano de Enfrentamento da COVID-19 no Brasil

POLÍTICA

O golpe no direito inalienável à água

CULTURA E ARTE

Novo podcast do Engajamundo

ESPECIAL

Começa a campanha Julho sem Plástico

INTERNACIONAL

Centenas de elefantes encontrados mortos

SÉRIE ANIMAL

A importância das abelhas



A Crise Climática Mata

POR FRIDAYS FOR FUTURE BRASIL

Participe da Greve Digital Pelo Clima nessa próxima Sexta-feira! A Crise Climática MATA!

Os governos precisam agir imediatamente para conter a Emergência Climática, e isso significa tomar medidas concretas para atingir a neutralidade carbônica.

Não somente, também é preciso aumentar o cerco contra grandes corporações que cometem crimes ambientais, como os que ocorreram em 2019 e ceifaram milhares de vidas. Para o futuro, temos que nos preocupar com o desencadeamento de pandemias devido a destruição sistemática e generalizada das florestas ao redor do mundo!

Na sexta-feira, posta teu cartaz nas redes sociais, coloca a [#ACriseClimaticaMata](#) e marca o [@fridaysforfuturebrasil!](#)

Vamos alertar a sociedade sobre a mortalidade da Crise Climática!

CAPA

Defenda os Defensores: Oceania

POR HYALLY CARVALHO



Os defensores na Oceania enfrentam uma infinidade de problemas relacionados à crise ambiental e climática, tais como inundações, submersão de ilhas, risco crescente de incêndios florestais e roubo ilegal da terra. Em 2020, a Austrália viveu uma das piores temporadas de incêndios em muitos anos. De acordo com especialistas, a causa imediata foi o clima. Desde 2018, foram coletadas evidências sobre a evacuação e o deslocamento temporário provocados por [desastres climáticos na Austrália](#). Além disso, cerca de 2,5% da população australiana é indígena e está extremamente vulnerável à crise climática devido sua localização e falta de medidas protetivas eficientes.

Muitas pequenas ilhas da Oceania também estão em risco de serem submersas, devido à elevação do nível do mar, o que forçará a realocização em massa. Na Micronésia, região da Oceania, é perceptível o impacto das mudanças climáticas e problemas ambientais, especialmente nos países Nauru e Tuvalu.

Embora os impactos ambientais ainda não estejam provocando movimento em Nauru, mais de um terço das famílias nauruanas acreditam que a migração será necessária no futuro, devido à mudança climática. No entanto, apenas um quarto dos lares acredita que poderiam se dar ao luxo de migrar. Em Nauru, 74% dos lares sofreram um ou mais impactos das mudanças ambientais na última década.

A disponibilidade e qualidade da água é o estresse ambiental mais severo que afeta a ilha, já que a seca e as chuvas irregulares já afetaram 61% das famílias pesquisadas.

Tuvalu é uma minúscula nação do Pacífico, formada por nove ilhas e atóis, um dos países mais vulneráveis do mundo quando se trata de mudanças climáticas. Tuvalu fica a apenas dois metros acima do nível do mar e alguns especialistas avaliam que o grupo de ilhas poderá eventualmente desaparecer, se o nível do mar continuar subindo.

De acordo com um estudo do [Programa de Ciência da Mudança Climática do Pacífico, desde 1993, o nível do mar em seu entorno subiu aproximadamente 5 milímetros por ano](#). Até 2030, sob um cenário de altas emissões, a previsão para a elevação do mar chega a 7 a 18 centímetros. É possível que áreas significativas do país sejam submersas e inabitáveis, e comunidades forçadas a se deslocarem.

O ponto mais alto de Tuvalu é cinco metros acima do nível do mar, com pequenos muros de contenção para enfrentar a ira dos oceanos. Durante a última década, o país viu uma perda de 3 metros de sua frente de praia. Visto que é o quarto menor estado do mundo, alguns especialistas estimam que será necessário olhar as fotografias para ver como será Tuvalu em 50 anos.



INTERNACIONAL

Centenas de elefantes são encontrados mortos, a causa ainda é desconhecida

POR RENATA PADILHA

Um desastre de conservação está ocorrendo em Botswana, onde mais de 350 elefantes morreram de forma misteriosa. No início de maio, foram relatadas 169 mortes de elefantes no Delta do Okavango, maior delta interior do mundo, formado onde o Rio Cubango encontra uma placa tectônica, no deserto do Calaári, em território da Botsuana. Em meados de junho, o número havia mais que dobrado, com 70% das mortes agrupadas em torno de poços de água.



Imagem: The Guardian

O diretor de conservação da instituição National Park Rescue, Dr. Niall McCann, disse que “o declínio em massa nesse nível não é visto há muito, muito tempo. Fora da seca, não conheço uma morte tão significativa”.

Ainda não há informações sobre a causa das mortes ou se elas podem representar algum risco a saúde humana. Algumas possibilidades já estão sendo levantadas: envenenamento ou um patógeno desconhecido. O envenenamento por cianeto - frequentemente usado por caçadores no Zimbábue - também está sendo uma possibilidade da causa das mortes dos animais. Outro ponto que está sendo observado é a quantidade de abutres nas carcaças: segundo relatórios locais, o número de abutres é menor do que o usual.

Testemunhas dizem que alguns elefantes foram vistos andando em círculos, o que pode significar comprometimento neurológico. “Se você olhar para as carcaças, alguns animais caíram diretamente sobre seus rostos, indicando que morreram muito rapidamente. Outros estão obviamente morrendo mais devagar, como os que estão vagando. Portanto, é muito difícil dizer o que é essa toxina”, disse McCann. O verdadeiro número de mortes provavelmente será ainda maior porque as carcaças podem ser difíceis de serem localizadas, dizem os conservacionistas.

As restrições devido ao Covid-19 estão dificultando o transporte das amostras na região, que, combinadas com a falta de urgência por parte das autoridades locais, tornam-se uma preocupação para a adoção de medidas rápidas para evitar mais mortes dos elefantes na região.

CULTURA E ARTE

Novo podcast: Pimenta pra Jovem é Refresco

POR BRUNO BERILLI

Você é jovem, tem muito pra falar e tá cansado de sempre ser invisibilizado só por não ter vários diplomas e títulos? Pois é, os jovens do Engajamundo também, e por isso decidiram lançar um podcast: o *Pimenta pra Jovem é Refresco*.

O Engajamundo é uma organização composta por jovens de 15 a 29 anos, que têm como missão conscientizar a juventude brasileira de, que mudando a si mesmo, o seu entorno e se engajando politicamente, é possível transformar sua realidade. Para atingir essa missão, a rede se divide em cinco Grupos de Trabalho (GTs): Ação Climática, Biodiversidade, Cidades e Comunidades Sustentáveis, Gênero e ODSs (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável/Agenda 2030).

A estrutura de divisão em GTs facilita a incidência política da organização, uma vez que possibilita ao Engaja um trabalho mais focado nos cinco temas centrais. Por outro lado, essa estrutura causa uma dificuldade na transversalidade dos temas, uma vez que nenhum dos cinco faz sentido por conta própria. É na sua interseção que percebemos,

por exemplo, que mulheres são as maiores defensoras da biodiversidade brasileira (Gênero + Biodiversidade), e que é nessa manutenção de biodiversidade que notamos um grande aliado na mitigação das mudanças climáticas (Ação Climática). Aí é que entra uma poderosa ferramenta da comunicação atual: um podcast possibilita a conversa transversal e horizontal de temas tão diferentes, mas que têm causas e consequências que conversam entre si. Além disso, o formato de áudio é de fácil acesso e possibilita a outros jovens pelo Brasil conhecerem ferramentas de mobilização política, desde as mais simples às mais elaboradas, que mostram que todes podem ser parte da solução.

O *Pimenta pra Jovem é Refresco* estreou na segunda-feira (29/06), já com grande sucesso! No primeiro episódio, a conversa foi sobre como lutar contra a LGBTfobia durante uma pandemia e contou com a participação de dois jovens ativistas pela causa de diferentes realidades: Nuno Padilha, trans não-binária e futura cineasta de Brasília, e Henrique Costa, bicha preta que integra o coletivo Mangueiras e a articulação negra de Pernambuco. Para acessar o episódio, basta clicar [aqui](#).



Para apresentar o programa, o Engajamundo encarou o desafio de mais uma vez ser pioneiro e inovador: criou uma personagem que será interpretada, a cada episódio, por um/a voluntário/a diferente da organização. O nome da personagem é Ju Pimenta (Ju de Juventudes e Pimenta do título do podcast) e tudo que sabemos sobre ela é que é uma jovem ativista que não se cala frente injustiças e pimentas que foram deixadas no caminho, por aqueles que ocuparam o planeta antes de nós.

O *Pimenta pra Jovem é Refresco* tem novos episódios todos dias 15 e 29 por mês, e pode ser encontrado na sua plataforma de podcast favorita. Você não vai ficar de fora, né?

POLÍTICA

O golpe no direito inalienável à água

POR SUSANNE BUCHWEITZ



Roberto Quintino Reprodução MAB

Mais um golpe na soberania do país. Essa pode ser a definição do Projeto de Lei (PL) 4.162/2019, aprovado no dia 24 de junho pelo Senado Federal, com 65 votos favoráveis e 13 contrários, que aguarda sanção presidencial. Altera, entre outras, a Lei 11.445 de 2007, que definiu as diretrizes nacionais para o saneamento básico, e a Lei 11.107 de 2005 – de consórcios públicos, que no seu artigo 13, trata do saneamento.

O projeto aprovado tem como principal objetivo possibilitar a ampliação da participação do setor privado no saneamento. Também define que a Agência Nacional de Águas (ANA) será a responsável pela definição de normas de referência sobre o serviço de saneamento. Na prática, o PL aprovado obriga, após o vencimento dos contratos em vigor, todos os municípios brasileiros a fazerem licitação, caso não se interessem em operar diretamente os serviços de saneamento, e dessa forma privatizar os serviços.

O que a nova lei faz, na prática, é forçar as cidades brasileiras a entregarem os serviços de saneamento básico ao setor privado.

De acordo com Edson Aparecido da Silva, assessor de saneamento da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) e Secretário Executivo do Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (ONDAS), a aprovação do PL 4.162 vai provocar um profundo retrocesso nas políticas de saneamento. “A aprovação desse PL foi fruto de uma enorme pressão da grande mídia, dos grupos privados nacionais e internacionais e de parlamentares que se associam a esses grupos”, afirmou. “Hoje, as pessoas sem acesso aos serviços são aquelas que vivem nas áreas rurais, nas favelas, nos morros e vilas e nas periferias das grandes cidades. É aí que se concentra o maior déficit de saneamento básico.

Essas áreas não interessam ao capital privado porque não são rentáveis, não geram o lucro necessário para remunerar os acionistas dessas empresas, que aliás, têm como controladores fundos de investimentos e pensão de países como Canadá, Cingapura, entre outros.”

Segundo Silva, “os desafios da universalização do acesso ao saneamento estão no fortalecimento do papel do Estado na provisão desses serviços; na retomada dos investimentos e no apoio técnico e financeiro aos pequenos municípios. Também não podemos prescindir dos instrumentos de participação e controle social, desmontados pelo atual governo”.

Outra iniciativa que tramita no senado, proposta pelo senador Tasso Jeraissati (que foi relator da proposta do PL 4.162/2019), é a do PL 495, para a criação de mercados de água em bacias hidrográficas brasileiras. No projeto, a Bacia do Rio São Francisco é citada como de interesse para ser privatizada, além de outras bacias hidrográficas, lagos hidrelétricos – e a possível venda da Eletrobras. A água deixa de ser um bem público, um recurso natural limitado, e passa a ser controlada por interesses econômicos. O argumento novamente é de mais eficiência na gestão e destinação dos recursos hídricos.

Apoiada por diversos setores, a pergunta é – quem se beneficia? Grandes grupos econômicos, que atuam tanto no agronegócio, setor elétrico, mineração e saneamento, como Ambev, Vale, Suez, Coca-Cola, BTG Pactual, Itaú, AEGEA, BRK Ambiental, por meio do controle e da apropriação de rios e de águas subterrâneas, a partir do que consideram a “negociação sobre o direito de usos de reservas disponíveis de água”. Quem paga a conta? Os usuários, com o provável aumento do custo do serviço de abastecimento.

RESUMO DA SEMANA

[Marinha volta a recolher fragmentos de óleo no litoral do RN e mais três estados](#)

[Focos de queimadas na Amazônia em junho foram os maiores para o mês nos últimos 13 anos, diz Inpe](#)

[Nuvem de gafanhotos se afasta do Brasil, e governo da Argentina prepara novo controle](#)

[O que é o 'ciclone bomba' que está causando estragos no Sul do Brasil](#)

[Florestas 'artificiais' podem causar mais danos que benefícios, dizem estudos](#)

[Salles sobre eventual demissão: 'O ministério não é meu, é do Bolsonaro'](#)

[Vaticano cria órgão para a Amazônia com liderança brasileira](#)

[Guedes culpa quem “fala mal” do Brasil por imagem ruim no meio ambiente](#)

[Microplásticos são encontrados em ecossistema da Antártica](#)

[Mudanças no gelo alteram as colônias de pinguins mais abundantes na Antártida](#)

Mas não para por aí. Outra pauta que está sendo discutida, pelo setor elétrico, é a aprovação da separação entre lastro e energia, como dois produtos diferenciados. A água de reservatórios passa a ter preço, que será vinculado ao preço da energia. Para explicar de forma simples, se aprovada, teremos que pagar o uso da água da mesma forma que pagamos a energia elétrica.

Em artigo publicado no Jornal Brasil de Fato, Dalila Calisto e José Josivaldo Alves, da Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), afirmam que é urgente fortalecer a luta contra qualquer forma de privatização da água, seja a privatização do setor de saneamento ou dos rios e aquíferos brasileiros. “A água é do povo, é um patrimônio brasileiro e deve ser um direito de toda a humanidade, e não um recurso a ser mercantilizado para atender os interesses do capitalismo. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) reafirma – a privatização da água faz mal ao Brasil!”. Fonte: [Brasil de Fato](#).

ESCUTE OS CIENTISTAS

Reduzir o consumo dos ricos é chave para a questão climática

POR DANIELA VIANNA

Um artigo científico publicado na revista Nature Communications, no último dia 19 de junho, revela que os cidadãos mais ricos do mundo são responsáveis pela maioria dos impactos ambientais no planeta e são centrais para qualquer perspectiva segura de atingirmos condições ambientais mais seguras. Assinado por pesquisadores da Austrália, da Suíça e do Reino Unido, tem como principal autor o professor da Escola de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade de Nova Gales do Sul (UNSW), na Austrália, Dr. Thomas Wiedmann. Os movimentos sociais são apontados como possíveis soluções para pressionar por mudanças estruturais na economia capazes de endereçar a crise climática e reduzir desigualdades.

padrões de lazer e de trabalho que envolvem dirigir e voar. Seriam necessárias substituições por estilos de vida mais simples e orientados à suficiência para lidar com o consumo excessivo, como o uso de trens e ônibus públicos, andar a pé ou de bicicleta, a priorização de alimentação à base de plantas e o consumo de produtos produzidos localmente, entre outros.

Possíveis soluções

O sistema capitalista, que preconiza o crescimento a qualquer custo, gerando desigualdades sociais e acumulação de riquezas nas mãos de poucos, com a chancela de empresas, governos e da própria sociedade de consumo. Também promove a competição

Sendo assim, visa garantir acesso a recursos para atender necessidades básicas de quem não tem acesso a moradia, saúde, transporte e educação. Por outro lado, propõe medidas para frear quem está consumindo recursos naturais além da capacidade do planeta em se regenerar. Essa teoria está inspirando, inclusive, as políticas de retomada pós-covid 19 em Amsterdam, na Holanda.

Os grupos considerados mais radicais, segundo o artigo, argumentam que a transformação socioecológica necessária envolverá uma mudança para além do capitalismo e dos atuais estados centralizados. Os movimentos defendem a democracia participativa. “Ambos concordam com o papel crucial dos movimentos de baixo para cima para mudar a cultura e os valores, pressionar pela implementação dessas mudanças de cima para baixo e estabelecer partes da nova economia dentro da antiga”, mencionam os autores.

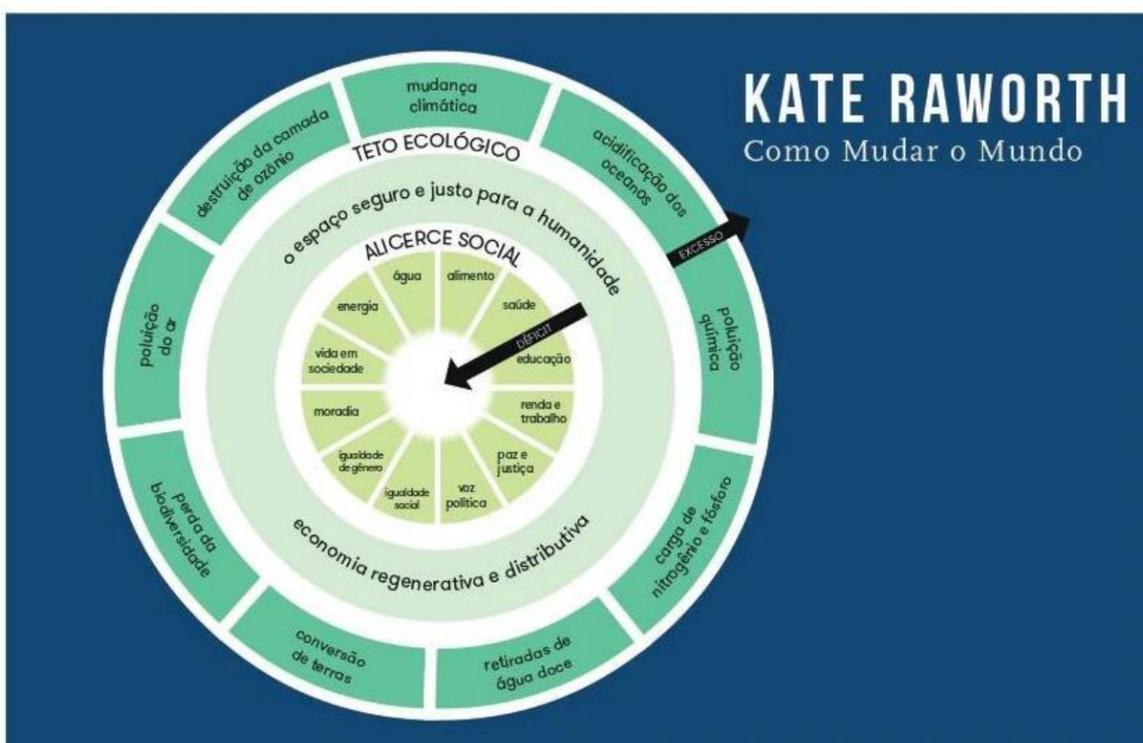
A força dos movimentos sociais

Os pesquisadores destacam ainda, no artigo da Nature, que “é importante reconhecer o papel central dos movimentos sociais nesse processo, que pode trazer pontos de inflexão social por meio de feedbacks complexos, imprevisíveis e reforçadores e criar janelas de oportunidade a partir de crises”. Segundo eles, “esses pontos de inflexão social incluem, por exemplo, a remoção de subsídios e investimentos em combustíveis fósseis, a construção de geração descentralizada de energia ou cidades de baixo carbono”.

Entre as propostas para futuras pesquisas mais aprofundadas sobre governança política, os pesquisadores elencaram cinco que consideram mais promissoras.

- 1) A possível substituição do PIB como medida de prosperidade por uma infinidade de indicadores alternativos que sejam independentes do crescimento (econômico).
- 2) A capacitação de pessoas e o fortalecimento da participação nos processos democráticos, permitindo uma autogovernança local mais forte, permitindo experimentos sociais, engajamento e inovação (aqui eles citam o Extinction Rebellion).
- 3) O fortalecimento da igualdade e da redistribuição por meio de políticas tributárias, renda básica, garantia de empregos e regulamentação contra produtos e indústrias ecologicamente destrutivas.
- 4) Transformação de sistemas econômicos apoiada por modelos de negócios inovadores que incentivam o compartilhamento e economia baseada na cooperação e não na competição.
- 5) Capacitação, transferência de conhecimento e educação adaptadas para apoiar projetos locais de suficiência e iniciativas cidadãs.

O artigo completo, com uma análise mais aprofundada dos temas apresentados aqui, pode ser acessado gratuitamente [clikando aqui](#).



Na publicação, os pesquisadores fizeram um levantamento minucioso das pesquisas científicas relacionadas à sustentabilidade, termo que engloba o tripé social, ambiental e econômico. Um dos dados, obtidos em pesquisa publicada pelo doutor em economia Jordi Teixidó-Figueiras, da Universidade de Barcelona, aponta que os 10% mais pobres têm de 3 a 5% de impacto na degradação ambiental, o que representa um impacto baixo. Já os 10% mais ricos têm 43% do impacto ambientais global.

Apenas soluções tecnológicas não serão suficientes para evitar mudanças nas funções essenciais de manutenção da vida do planeta. Se não houver uma redução acentuada do consumo dos mais ricos, bem como mudanças radicais no estilo de vida, será muito difícil impedir que o aumento da temperatura média global ultrapasse (e muito) os 2º Celsius, agravando secas, enchentes, ondas de calor, proliferação de doenças e aumento do nível dos oceanos. Essa redução passa pelo consumo consciente, evitando o consumo de bens e serviços intensivos em recursos e carbono, como veículos superdimensionados, alimentos prejudiciais ao meio ambiente (carne bovina, por exemplo) e

tanto entre empresas quanto entre os próprios trabalhadores, que buscam se diferenciar para se assegurarem no mercado.

O artigo explora em detalhes as correlações do capitalismo com o consumo e a acumulação de riquezas e aponta para diferentes abordagens

que estão sendo discutidas, seja por correntes reformistas ou mais radicais, como as dos ecossocialistas e os eco-anarquistas, para criar alternativas ao sistema atual. Todas elas diferem da abordagem do ecomodernismo, que se baseia no “crescimento verde” e dos próprios Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs), uma vez que o ODS8 visa ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) a uma média de 3% ao ano. As correntes modernas em busca de alternativas ao sistema vigente questionam, inclusive, o uso do PIB como indicador de riqueza de um país.

Uma das teorias reformistas é a da “economia donut”, desenvolvida pela pesquisadora Kate Raworth, da Universidade de Oxford. Ela é sustentada por bem-estar social multidimensional e por metas ambientais.

SÉRIE ANIMAL

Abelhas: pequenos insetos, imensa importância

POR MARIANY ESPINDOLA

No Brasil, existem mais de 300 espécies de abelhas. Dessas, a maioria possui o ferrão atrofiado, diferentemente da *Apis mellifera*, que produz quase todo o mel consumido e que origina-se do cruzamento de raças europeias e africanas. As abelhas sem ferrão, por sua vez, são as únicas capazes de polinizar determinadas espécies da vegetação nativa ao proporcionar a fecundação cruzada e, conseqüentemente, garantir a variabilidade dos vegetais. Um exemplo é a acerola que depende das abelhas solitárias do gênero *Centris*. Contudo, embora essas abelhas sejam importantes para o cultivo agrícola, elas estão sendo ameaçadas pela própria agricultura.

Segundo o ecólogo Jerônimo Villas-Bôas, as abelhas estão desaparecendo pelo sistema de produção dos alimentos, isto é, devido à supressão vegetal, à homogeneização da paisagem, a qual é impedida de propiciar a dieta diversificada que os insetos precisam, e ao uso abusivo de agrotóxicos. Em suma, os agrotóxicos, quando não causam morte, podem diminuir a longevidade das abelhas, dificultar o retorno à colmeia, interromper a postura de ovos pela rainha, impossibilitar a comunicação, interferir na organização dos trabalhos e paralisar asas e pernas.

Ademais, conforme um estudo realizado pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq-USP) em 2019, inseticidas do grupo dos neonicotinoides e o tiametoxam resultam na redução da velocidade de voo e na diminuição da distância percorrida em abelhas Jataí adultas.

Por outro lado, a situação é alarmante em escala global. Em fevereiro de 2020, informações publicadas na revista “Science” e no jornal “The Guardian” apontam que, no decorrer de apenas uma geração, a probabilidade das abelhas sobreviverem em qualquer ambiente diminui 30%. Os pesquisadores ainda relatam que as taxas coincidem com uma extinção em massa. De maneira mais específica, é perceptível que o desaparecimento das abelhas começou nas regiões onde as temperaturas ficaram mais quentes. Por outro lado, a situação é alarmante em escala global. Em fevereiro de 2020, infor-



mações publicadas na revista “Science” e no jornal “The Guardian” apontam que, no decorrer de apenas uma geração, a probabilidade das abelhas sobreviverem em qualquer ambiente diminui 30%. Os pesquisadores ainda relatam que as taxas coincidem com uma extinção em massa. De maneira mais específica, é perceptível que o desaparecimento das abelhas começou nas regiões onde as temperaturas maiores.

A partir da análise de dados de 115 anos em 66 espécies de abelhas na América do Norte e na Europa, os resultados indicam a ocorrência de declínios maiores se as mudanças climáticas não forem controladas. Logo, de acordo com, um dos autores do estudo, Tim Newbold, do Centro de Pesquisa em Biodiversidade e Meio Ambiente da University College London, é preciso dedicar esforços substanciais para preservar a diversidade de abelhas. Consoante ao que o físico Albert Einstein já problematizou sobre a necessidade das abelhas para a vida na Terra - “Sem abelhas não há polinização, não há reprodução da flora, sem a flora não há animais, sem animais não haverá raça humana” -, é de extrema importância esforçar-se para cuidar desses insetos. Indubitavelmente, para que as abelhas não sejam

extintas, políticas de proibição de agrotóxicos e de impedimento da destruição de habitats, por exemplo, devem ser efetivadas no âmbito econômico. Ainda, enquanto ocorrem apelos constantes aos políticos e aos grandes empresários para o cumprimento da preservação ambiental, existem ações exequíveis no dia a dia as quais podem auxiliar a amenizar um pouco a situação preocupante. Entre elas, estão a criação de jardins e áreas verdes com plantas, como as flores silvestres, ricas em néctar, o evitar o uso de pesticidas no jardim e o enchimento de um recipiente raso com água limpa para as abelhas beberem e descansarem na pausa da polinização.

Fontes:

<https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/noticias-da-floresta/2020/05/21/importantes-para-varios-cultivos-abelhas-nativas-do-brasil-sofrem-ameacas.htm>

<https://g1.globo.com/natureza/blog/amelia-gonzalez/noticia/2020/02/07/novo-estudo-constata-o-desaparecimento-das-abelhas-no-mundo.ghtml>

<https://www.hypeness.com.br/2019/03/8-coisas-que-voce-pode-fazer-para-ajudar-as-abelhas-a-sobreviver/>

BRASIL

Emergência Indígena: APIB lança Plano de Enfrentamento da COVID-19 no Brasil

POR FLÁVIO QUEIROGA

Foi lançado nesta segunda-feira (29/06), o Plano de Enfrentamento da COVID-19 no Brasil pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). Com a participação de ativistas, artistas, jornalistas, políticos e a comunidade em geral, Sônia Guajajara e demais lideranças indígenas apresentaram o plano em transmissão online.

Elaborado pelo movimento indígena e parceiros para salvar vidas e evitar o aumento da tragédia da pandemia do Coronavírus entre os povos indígenas do país, o plano propõe diretrizes gerais para a elaboração de planejamentos regionais e locais, a serem apresentados pelas organizações executoras. “O plano é fruto de muito diálogo entre indígenas, comunidade e especialistas”, explicou Dinamam Tuxá, coordenador executivo da APIB.

Mesmo com subnotificações, a APIB informa que até o momento foram registradas 365 mortes entre indígenas pela pandemia no Brasil, atingindo 113 povos, de um total de 305. “Diante da omissão do Estado brasileiro, entendemos que é importante adotar uma estratégia paralela

para evitar a disseminação e o óbito, para evitar um novo genocídio no Brasil”, afirmou Sônia Guajajara, coordenadora executiva da APIB.

O plano busca evidenciar e construir respostas frente à omissão do Estado brasileiro no enfrentamento a pandemia, além de propor a adoção de medidas concretas a serem tomadas pelos povos indígenas, órgãos públicos e sociedade em geral. Uma das medidas é garantir a subsistência em todo o território nacional, sem discriminação, além de implementar medidas estruturantes, considerando o impacto prolongado da pandemia.

Por fim, a Sônia lembrou que defender os indígenas é fundamental para a preservação do planeta. “Indígenas são 5% da população humana, e protegem 82% da biodiversidade mundial”, concluiu.

[Acesse aqui](#) para mais informações.

[Acesse aqui o Plano de Enfrentamento da COVID-19](#) no Brasil da APIB.

[#NenhumaGotaAMAI](#) [#DemarcaçãoJá](#) [#DefendaOsDefensores](#)

JULHO SEM PLÁSTICO

Começa a campanha Julho sem Plástico e você não pode ficar de fora

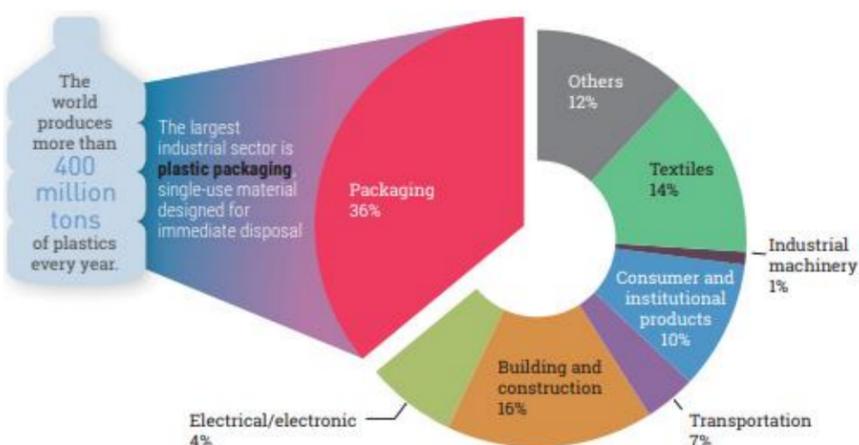
POR FLÁVIO QUEIROGA

A campanha Julho sem Plástico volta esse ano, novamente com a proposta de informar e incentivar as pessoas a mudarem seus hábitos. O objetivo é diminuir o consumo de descartáveis, não apenas no mês de julho, mas para o resto da vida.

Iniciada em 2011, no Reino Unido, o movimento já tem mais de 250 milhões de participantes, em 177 países, que se dispõem a diminuir o consumo de plásticos no dia a dia. Suas ações são compartilhadas via redes sociais, com a [#PlasticFreeJuly](#), ou, no Brasil, [#JulhoSemPlastico](#).

Segundo [relatório da ONU](#), o planeta produz mais de 400 milhões de toneladas de plásticos por ano, sendo as embalagens responsáveis por 36% deste montante. De acordo com [dados do Banco Mundial](#), o Brasil é o 4º maior produtor de lixo plástico no mundo, reciclando apenas 1,28% do que foi produzido, o que representa um dos menores índices globais, e fica bem abaixo da média, que é de 9%.

Produção global de plástico por setor, 2015 ([UN Environment](#))



Produção e reciclagem de plástico no mundo, em toneladas

País	Total de lixo plástico gerado*	Total incinerado	Total reciclado	Relação produção e reciclagem
Estados Unidos	70.782.577	9.060.170	24.490.772	34,60%
China	54.740.659	11.988.226	12.000.331	21,92%
Índia	19.311.663	14.544	1.105.677	5,73%
Brasil	11.355.220	0	145.043	1,28%
Indonésia	9.885.081	0	362.070	3,66%
Rússia	8.948.132	0	320.088	3,58%
Alemanha	8.286.827	4.876.027	3.143.700	37,94%
Reino Unido	7.994.284	2.620.394	2.513.856	31,45%
Japão	7.146.514	6.642.428	405.834	5,68%
Canadá	6.696.763	207.354	1.423.139	21,25%

(Fonte: [WWF](#))

O QUE PODEMOS FAZER?

Inscra-se no desafio pelo site <https://www.plasticfreejuly.org/>. Você receberá informativos e dicas.

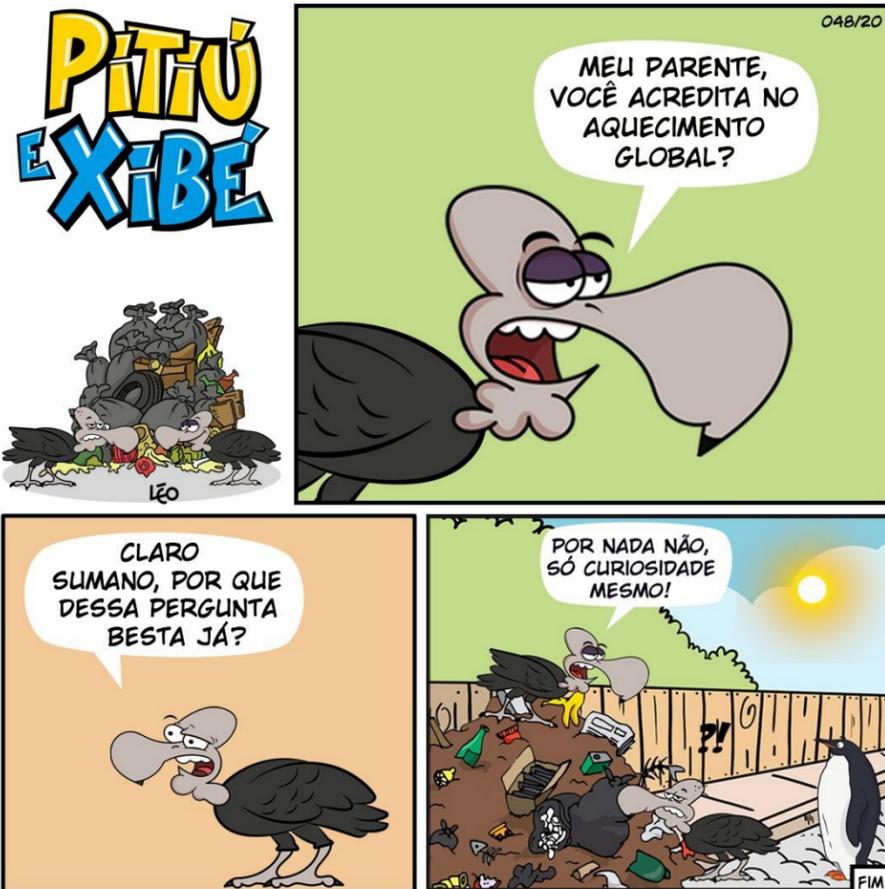
Se não é necessário usar plásticos, não use.
Se pode ser substituído por algo mais duradouro, evite.
Comece a pensar em toda a cadeia de produção de seu consumo.

Parece difícil, mas é possível mudar nossos costumes, para incluir os recicláveis em nosso cotidiano. Garrafas de vidro, embalagens retornáveis, produtos à granel, todos eles e muitas outras soluções podem fazer parte da nossa rotina.

O Jornal O CLIMA apoia a campanha JULHO SEM PLÁSTICO, e ao longo do mês trará conteúdo especial sobre o assunto.

QUADRINHOS

POR PITÚ E XIBÉ



O CLIMA é um jornal digital elaborado por ativistas dos movimentos pelo clima. Projeto sem fins lucrativos, tem sua distribuição livremente autorizada. Para mais informações, sugestões, dúvidas, reclamações ou contato, favor acessar nosso site ou nossas redes sociais:

www.jornaloclima.org (em construção)

<https://www.instagram.com/jornaloclima/> (em construção)

<https://fridaysforfuturebrasil.org/>

<https://www.instagram.com/fridaysforfuturebrasil/>

<https://www.instagram.com/familiaspeloclima/>